PROTAGONISMO SURDO NA CRIAÇÃO E VALIDAÇÃO DE SINAIS-TERMO: PARTICIPAÇÃO, LEGITIMIDADE LINGUÍSTICA E ACESSO AO CONHECIMENTO

Kamilla Fonseca Lemes[1]
Sandra Regina Longhin[2]

[1]Instituto Federal de Goiás (IFG) / kamilla.garcia@ifg.edu.br
[2]Instituto Federal de Goiás (IFG) e PUC Goiás / srlonghin@gmail.com

Resumo: Neste artigo, analisamos a participação de pessoas Surdas como elemento indispensável nos processos de criação e validação de sinais-termo em Libras. Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter analítico-descritivo, cujo corpus é composto por um artigo científico e três teses de doutorado desenvolvidos por pesquisadores Surdos. A análise foi organizada em três eixos: a diferença entre sinal e sinal-termo; a passagem da presença ao protagonismo Surdo; e as três dimensões da validação. Os resultados mostram que o sinal-termo representa um conceito delimitado de uma área técnica ou científica e não pode ser reduzido à soletração de uma palavra ou à cópia visual de um objeto. A participação Surda torna-se protagonismo quando inclui acesso às definições, proposição, crítica, recusa, reformulação, autoria ou cooperação. Conclui-se que a validação precisa articular falantes de Libras, pesquisadores do Léxico e da Terminologia, especialistas da área e usuários, além de acompanhar a circulação social dos sinais-termo e, quando pertinente, avaliar os materiais educacionais que os utilizam.

Palavras-chave: Protagonismo Surdo. Sinais-termo. Validação terminológica.

Introdução

A presença de pessoas Surdas em universidades, escolas e diferentes profissões amplia a necessidade de comunicar conceitos científicos e técnicos em Língua Brasileira de Sinais (Libras). Quando não há um sinal capaz de representar determinado conceito, recorre-se, com frequência, à datilologia, soletração da palavra por meio do alfabeto manual, ou a explicações improvisadas. Além disso, Castro Júnior (2011) observa que, nos espaços educacionais frequentados por estudantes Surdos, é comum a criação de diferentes sinais-termo para representar um mesmo conceito. Embora esses recursos possam atender a necessidades imediatas de comunicação, eles, por si sós, não garantem a compreensão adequada do conceito científico.

A expressão sinal-termo surgiu no Brasil em 2012, durante a orientação do mestrado de Messias Ramos Costa por Enilde Faulstich, em uma pesquisa sobre o corpo humano. Naquela dissertação, percebeu-se que a palavra sinal, adequada ao vocabulário comum da Libras, não era suficientemente precisa para designar conceitos de linguagens científicas e técnicas. Para explicar a composição, Faulstich (2016, p. 75) distingue sinal, termo e sinal-termo da seguinte forma:

> **Sinal.** 1. Sistema de relações que constitui de modo organizado as línguas de sinais. 2. Propriedades linguísticas das línguas dos Surdos. Nota: a forma plural - sinais - é a que aparece na composição língua de sinais.
> **Termo.** Palavra simples, palavra composta, símbolo ou fórmula que designam os conceitos de áreas especializadas do conhecimento e do saber. Também chamado unidade terminológica.
> **Sinal-termo.** 1. Termo da Língua de Sinais Brasileira que representa conceitos com características de linguagem especializada, próprias de classe de objetos, de relações ou de entidades. 2. Termo criado para, na Língua de Sinais Brasileira, denotar conceitos contidos nas palavras simples, compostas, símbolos ou fórmulas, usados nas áreas especializadas do conhecimento e do saber. 3. Termo adaptado do português para representar conceitos por meio de palavras simples, compostas, símbolos ou fórmulas, usados nas áreas especializadas do conhecimento da Língua de Sinais Brasileira (Faulstich, 2016, p. 75).

Em síntese, sinal e sinal-termo não são formas concorrentes. O sinal integra a língua e pode circular no vocabulário cotidiano; o sinal-termo representa um conceito delimitado de uma área especializada. Como explica Faulstich, a composição sinal-termo constitui "uma nova terminologia que une dois conceitos expressivos, para designar um significado concreto em língua de sinais" (Faulstich, 2016, p. 75). A diferença, portanto, não está apenas na aparência da forma, mas no conceito representado e no contexto de uso.

Essa distinção evidencia que a representação de conceitos especializados exige mais do que a criação de um sinal. Nesse sentido, Prometi (2020) mostra que a carência de sinais-termo e de vocabulário especializado na Língua de Sinais Brasileira (LSB) pode dificultar a comunicação, a compreensão dos conteúdos e a aprendizagem de conceitos científicos, especialmente no ensino de Música. Costa (2021), por sua vez, afirma que o desenvolvimento ainda inicial dos repertórios lexicográficos e terminográficos em línguas de sinais limita o acesso da comunidade Surda à comunicação formal e ao conhecimento científico, com repercussões na aprendizagem de conceitos científicos.

Prometi e Costa (2018) tornam essa distinção mais clara com o exemplo de CORAÇÃO. No vocabulário comum, um sinal associado ao coração pode expressar amor ou sentimento. Na área da Anatomia, porém, é necessário representar o órgão muscular que bombeia o sangue e, em estudos mais específicos, suas partes e funções. O sinal comum não é inferior nem incorreto, ele apenas responde a outro significado. Também não se deve criar um sinal-termo somente copiando o formato externo de um objeto. Os autores explicam que a imagem visual precisa estar ligada à compreensão mental do conceito e às regras da Libras.

Essa diferença ajuda a entender por que um sinal criado rapidamente em sala de aula nem sempre pode ser apresentado como sinal-termo validado. A proposta pode resolver uma

necessidade local, mas ainda precisa ser discutida conceitualmente, analisada em sua formação linguística, registrada e colocada em uso. Prometi e Costa (2018) observam que os sinais-termo devem respeitar a estrutura da Libras, incluindo configuração de mãos, movimento, localização, orientação da palma e expressões não manuais. Isso não significa tornar o processo inacessível, e sim assegurar que forma e conceito funcionem juntos.

É nesse processo que a participação Surda se torna central. Pessoas Surdas não são apenas destinatárias de glossários e materiais didáticos: são falantes da língua, pesquisadoras, profissionais e estudantes capazes de propor, questionar, recusar e reformular sinais. Ao mesmo tempo, a experiência de ser Surdo não substitui, por si só, o conhecimento terminológico ou o domínio da área especializada em estudo. A literatura indica a necessidade de equipes que articulem esses diferentes conhecimentos, sem retirar do povo[1] Surdo o poder de decisão sobre a própria língua.

Diante disso, neste artigo, buscamos responder à seguinte questão: por que a participação de pessoas Surdas é indispensável à criação e à validação de sinais-termo? O objetivo é analisar essa participação como uma exigência linguística, conceitual e ética, esclarecendo a diferença entre consulta e protagonismo e explicando as etapas de validação linguística, especializada e social.

Metodologia

Trata-se de pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter analítico-descritivo. De acordo com Gil (2017), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já publicado, como livros, artigos científicos, dissertações e teses, o que possibilita ao pesquisador examinar um conjunto de fenômenos mais amplo do que aquele que poderia investigar diretamente. O corpus é constituído por quatro trabalhos[2] que discutem a criação e a validação de sinais-termo: Prometi e Costa (2018), Prometi (2020), Costa (2021) e Garcia (2021), todos consultados em texto integral. As pesquisas foram produzidas por pesquisadores Surdos. Além das produções individuais, Prometi e Costa (2018) desenvolveram pesquisa em coautoria, o que evidencia a atuação conjunta de pesquisadores Surdos na consolidação dos estudos sobre a criação de sinais-termo em Libras.

[1] O povo Surdo é o grupo de sujeitos Surdos que têm costumes, história, tradições em comum e pertencentes às mesmas peculiaridades, ou seja, constrói sua concepção de mundo por meio da visão (Strobel, 2008).
[2] O corpus reúne um artigo científico (Prometi; Costa, 2018) e três teses de doutorado (Prometi, 2020; Costa, 2021; Garcia, 2021), todas defendidas no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília (UnB).

A seleção do corpus seguiu cinco critérios: (1) autoria de pesquisadores Surdos; (2) relação direta com a criação e/ou a validação de sinais-termo; (3) descrição dos procedimentos e dos participantes envolvidos ou discussão dos fundamentos conceituais desses procedimentos; (4) presença de aplicações educacionais ou sociais; e (5) diversidade de áreas de especialidade, como Música, Ciências Naturais (corpo humano) e Saúde (Traumatologia e Ortopedia). Os quatro trabalhos foram selecionados porque apresentam, de modo complementar, fundamentos conceituais, procedimentos de validação, participação Surda com poder de decisão e aplicações educacionais ou sociais. Essa composição permite examinar princípios comuns sem equiparar pesquisas que possuem objetos e contextos distintos.

Reconhecemos que outras pesquisas de autoria Surda também abordam a criação e o registro de sinais-termo, como as teses de Castro Júnior (2014), dedicada ao Projeto Varlibras, e de Moreira (2021), que trata da criação de sinais-termo para a descrição das estruturas sintáticas do português para Surdos. Esses trabalhos não foram incorporados ao corpus porque priorizam, respectivamente, o registro e a documentação da variação lexical da Libras e a metalinguagem gramatical do ensino de português como segunda língua, ao passo que esta análise privilegiou pesquisas voltadas a áreas de especialidade de conteúdos científicos e artísticos (Música, Ciências Naturais e Saúde), nas quais a validação exige articular o conhecimento linguístico ao conhecimento especializado da área. Além disso, a delimitação a quatro trabalhos atende à extensão prevista para um artigo completo e possibilita uma comparação mais aprofundada entre eles. A incorporação dessas teses constitui, portanto, uma possibilidade de continuidade desta investigação.

A experiência Surda, contudo, não foi tomada como um conhecimento automático nem homogêneo. O critério relevante é sua articulação com a formação acadêmica em Linguística, Léxico e Terminologia e, quando necessário, com especialistas das áreas científicas. Em cada trabalho, observou-se se as pessoas Surdas tiveram acesso às definições e participação efetiva nas decisões, em cooperação com os conhecimentos linguísticos, conceituais e pedagógicos exigidos pelo objeto investigado.

Cabe, ainda, distinguir o corpus da literatura complementar. Obras como Faulstich (2016), Castro Júnior (2011), Strobel (2008) e Lemes e Longhin (2025) não integram o corpus de análise: foram utilizadas como apoio teórico e contextual à discussão. Por isso, na seção de resultados, as contribuições dessas referências são explicitamente identificadas como literatura complementar, de modo a diferenciá-las dos achados decorrentes do corpus.

A análise foi realizada em três etapas. Na primeira, procedemos à leitura integral de

cada trabalho. Na segunda, registramos os trechos pertinentes em fichas de leitura organizadas segundo quatro aspectos definidos previamente: (1) a definição de sinal-termo adotada; (2) o papel atribuído às pessoas Surdas no processo; (3) os participantes da validação, considerando seu número, sua condição linguística (Surdos ou não-surdos) e sua formação; e (4) os procedimentos e as etapas de validação. Na terceira, comparamos as informações das fichas entre os trabalhos, a fim de identificar convergências, divergências e especificidades, que foram agrupadas nos três eixos de discussão apresentados na seção de resultados. O Quadro 1 resume o objeto e a contribuição de cada trabalho para a análise. A comparação não mede qual pesquisa é mais eficaz, pois os objetos e os contextos são diferentes; busca identificar princípios comuns que tornem a participação Surda efetiva.

Quadro 1: Corpus e contribuição dos trabalhos para a análise

Trabalho	**Objeto**	**Contribuição para o tema**
Prometi e Costa (2018)	Formação de sinais-termo	Distingue sinal comum e sinal-termo de modo conceitual.
Prometi (2020)	Léxico visual da Música	Descreve validação linguística, técnica e social.
Costa (2021)	EnciclоLibras: corpo humano	Evidencia autoria e decisão do pesquisador Surdo.
Garcia (2021)	Traumatologia e Ortopedia	Articula linguistas e especialistas Surdos na validação.

Fonte: elaboração dos autores (2026).

Resultados e discussões

O que transforma um sinal em sinal-termo?

Um sinal-termo não é definido por ser novo, complexo ou visualmente parecido com o objeto. Ele se caracteriza por representar com precisão um conceito especializado e por funcionar de acordo com a estrutura da Libras (Prometi; Costa, 2018). Em outras palavras, primeiro se pergunta “o que é esse conceito e como ele se diferencia de outros?”; somente depois se analisa qual forma pode representá-lo. Segundo Prometi e Costa (2018, p. 134), a visualidade extrapola a simples representação imagética do objeto, como destacam os autores a seguir:

> Nas LS, as referências conceituais são percebidas por meio de imagens. Contudo, é preciso entender que não é a imagem física dos objetos e ambientes, dentre outros, que vai servir de base para a criação do sinal-termo, mas sim a imagem mental do seu conceito – que, muitas vezes, pode não ser físico – no mundo, na língua e na mente dos Surdos. Em outras palavras, não se pode limitar a criação, a formação e a conceituação dos sinais apenas à forma ou à representação visual do sinal (Prometi; Costa, 2018, p. 134).

Assim, a criação do sinal-termo inicia-se pela compreensão do conceito, e não pela simples reprodução da forma física do objeto. Embora a visualidade permaneça como um

elemento fundamental nesse processo, ela extrapola a representação imagética, abrangendo também relações, processos e conceitos abstratos. Nesse sentido, os autores exemplificam essa distinção por meio do termo CORAÇÃO mencionado anteriormente, evidenciando que a definição conceitual precede a forma do sinal. Quando a intenção é expressar a ideia de afeto, o sinal pertencente ao vocabulário comum atende adequadamente à comunicação. Entretanto, quando o objetivo é abordar aspectos científicos, como a circulação sanguínea, as válvulas ou as artérias, torna-se necessário compreender o coração como um órgão do sistema circulatório, para que a equipe possa definir de que maneira suas características e seus componentes serão representados na criação do sinal-termo.

Garcia (2021) apresenta situação semelhante ao discutir palavras que possuem mais de um significado, como BACIA e PRÓTESE. Segundo a autora, uma mesma palavra da língua portuguesa pode assumir diferentes sentidos conforme o contexto em que é utilizada, exigindo, portanto, representações distintas em Libras. No caso da Terminologia, a escolha do sinal não deve considerar apenas a forma lexical da palavra, mas, sobretudo, o conceito que ela representa em determinada área do conhecimento. Assim, termos idênticos na escrita podem demandar sinais-termo diferentes quando empregados em contextos científicos ou especializados, evidenciando que a construção do sinal-termo está fundamentada na precisão conceitual e não apenas na correspondência entre termos das duas línguas.

Por isso, a datilologia não deve ser confundida com explicação conceitual. Soletrar C-O-R-A-Ç-Ã-O permite identificar a palavra portuguesa, mas não ensina o funcionamento do órgão. Da mesma forma, apontar para uma parte do corpo pode situar o referente sem esclarecer suas características científicas. Isso não significa proibir a datilologia, o apontamento ou os sinais icônicos; significa reconhecer os limites de cada recurso. Como sintetiza Garcia (2021, p. 80), “a forma e a função do sinal-termo devem estar em harmonia, para explicar o conceito do sinal-termo de maneira clara, objetiva e precisa, em conformidade com os princípios metodológicos da Terminologia.”

A validação, portanto, não começa perguntando se o sinal é bonito ou fácil de copiar. Começa pela definição do conceito, pela identificação da área especializada e pela análise de sinais já utilizados. Em seguida, verifica se a proposta respeita a Libras e se pode ser compreendida pelo público a que se destina. Essa sequência reduz o risco de criar formas baseadas apenas no português, em associações pessoais ou em imagens que não explicam o conceito especializado.

Da presença ao protagonismo Surdo:

Convidar pessoas Surdas para uma reunião não garante protagonismo. A participação é apenas consultiva quando a proposta já está pronta e resta ao participante dizer se gostou ou não. O protagonismo ocorre quando as pessoas Surdas recebem a definição de forma acessível, analisam sinais existentes, têm a oportunidade de propor alternativas e apresentar razões para concordar ou discordar. A diferença central, portanto, é o poder real de interferir no resultado.

Prometi (2020) demonstra que o protagonismo Surdo antecede e permeia todo o processo de validação. Inicialmente, treze estudantes Surdos de Música participaram da criação dos sinais-termo, discutindo os conceitos e analisando recursos visuais para a elaboração das propostas. Na etapa seguinte, quatro pesquisadores Surdos e um pesquisador não-surdo fluente em Libras realizaram a pré-validação acadêmica, examinando a adequação linguística das propostas. Por fim, vinte estudantes Surdos de Música e uma professora Surda participaram da validação técnico-especializada, verificando a correspondência entre os sinais-termo e os conceitos musicais (Prometi, 2020).

Costa (2021) desenvolveu uma pesquisa voltada à criação de sinais-termo na área de Ciências Naturais, com foco nos sistemas do corpo humano. Ao descrever o percurso metodológico, o autor evidencia que todas as etapas da investigação foram conduzidas com protagonismo Surdo, afirmando: “Todo esse processo teve nosso protagonismo, pois acompanhamos cada etapa [...] da recolha de dados, validação e criação de sinais-termo até a finalização da tese” (Costa, 2021, p. 128).

A participação dos colaboradores não-surdos ocorreu de forma complementar e com atribuições claramente delimitadas: coube a eles esclarecer os vocábulos em Língua Portuguesa, seus conceitos e significados, subsidiando as discussões terminológicas. Já a discussão, a escolha e a validação dos sinais-termo permaneceram sob responsabilidade dos participantes Surdos. Desse modo, a Libras não foi empregada apenas como língua de apresentação dos resultados, mas constituiu a língua de produção do conhecimento e de tomada de decisões ao longo de todo o processo investigativo.

Garcia (2021) organizou o processo de validação considerando diferentes momentos de análise. Cinco linguistas Surdos avaliaram 47 sinais-termo da Traumatologia e Ortopedia; depois, oito participantes Surdos vinculados à Fisioterapia, Educação Física e Medicina analisaram a precisão técnica. Um estudante Surdo discordou de duas propostas, embora a maioria as tenha aprovado (Garcia, 2021). O registro dessa divergência é importante, pois pessoas Surdas não formam um grupo de opiniões idênticas, e a decisão majoritária não deve

apagar as razões apresentadas por quem discordou.

O valor das etapas não depende apenas da quantidade de participantes, mas da relação entre o perfil do grupo e a pergunta feita. Um especialista que não conhece Libras pode explicar o fenômeno científico, mas não deve decidir sozinho sobre a formação do sinal. Um falante de Libras pode avaliar clareza e naturalidade, mas precisa ter acesso à definição para julgar a precisão científica. Uma validação estruturada identifica essas funções, oferece informações acessíveis e permite revisão após as críticas.

A autoria Surda é relevante porque reúne conhecimentos que não devem ser separados, envolvendo a experiência de enfrentar barreiras linguísticas, a fluência em Libras e a formação acadêmica necessária para analisar Léxico, Terminologia e ensino. Prometi (2020) descreve, a partir de sua experiência como pesquisadora Surda, problemas de comunicação e aprendizagem no ensino de Música. Costa (2021) relaciona a insuficiência dos repertórios especializados às limitações de acesso à comunicação formal e ao conhecimento científico.

Isso não significa que todas as pessoas Surdas aprendam da mesma forma, mas que pesquisadores Surdos, por sua experiência linguística e cultural com a Libras, reúnem conhecimentos que lhes permitem identificar barreiras, avaliar a clareza visual e linguística e propor soluções mais adequadas. Por isso, sua participação deve alcançar também o planejamento, a produção e a avaliação de materiais educacionais em diferentes áreas.

Como literatura complementar, que não integra o corpus analisado, o estudo *Sinais-termo para o ensino de Ciências da Natureza: estado da arte sobre as produções acadêmicas no Brasil (2012-2023)*, de Lemes e Longhin (2025), ajuda a dimensionar essa presença. As autoras identificaram 60 pesquisas sobre sinais-termo desenvolvidas no Brasil, sendo 47 dissertações e 13 teses. Ao analisar a produtividade de pesquisadores Surdos e não-surdos sobre sinais-termo, verificaram que, nos anos de 2012, 2013, 2014 e 2021, o número de defesas realizadas por pesquisadores Surdos superou o de pesquisadores não-surdos.

O dado evidencia que pessoas Surdas não ocupam apenas o lugar de participantes, mas também produzem conhecimento em nível de mestrado e doutorado. Embora essa distribuição não permita concluir, por si só, que todas as instituições envolvidas sejam plenamente acessíveis, ela reforça a importância de condições institucionais que viabilizem essa produção, como acessibilidade em Libras, intérpretes qualificados, orientação acadêmica sensível à área e enfrentamento de práticas capacitistas.

Cabe destacar que a centralidade do pesquisador Surdo não exclui a participação de pesquisadores não-surdos nem de especialistas de outras áreas do conhecimento. Contudo, a

fluência em Libras ou o domínio de conhecimentos em Lexicografia e Terminografia por colaboradores não-surdos, por si só, não os legitima a assumir as decisões relacionadas à criação e à validação de sinais-termo. Nesse sentido, Garcia é categórica ao afirmar que "mesmo que não-surdos sejam fluentes na LSB e tenham conhecimento em Lexicografia e Terminografia, ainda assim, a participação dos pesquisadores Surdos é indispensável" (Garcia, 2021, p. 133).

Três dimensões da validação:

A análise dos estudos permitiu compreender a validação em três dimensões complementares, as quais podem ser identificadas na proposta apresentada por Prometi (2020). Na etapa de pré-validação acadêmica, quatro pesquisadores Surdos e um pesquisador não-surdo fluente em Libras analisaram a formação linguística das propostas de sinais-termo. Na validação técnico-especializada, vinte estudantes Surdos do curso de Música e uma professora Surda verificaram a correspondência entre os sinais-termo e os conceitos musicais. Por fim, a validação social foi concebida como uma etapa de uso continuado, na qual diferentes grupos passam a empregar os sinais-termo e, quando necessário, adaptá-los ou modificá-los conforme as demandas da comunidade.

A partir dessa proposta, foi possível compreender a validação em três perspectivas integradas: a linguístico-acadêmica, voltada à adequação do sinal à estrutura da Libras e à sua relação com o conceito; a técnico-especializada, que verifica a precisão conceitual em uma área específica do conhecimento; e a social, que acompanha a aceitação, o uso e as possíveis transformações dos sinais-termo pela comunidade Surda.

No modelo discutido por Prometi (2020), a validação social, terceira dimensão do processo, desenvolve-se a partir do uso continuado da Libras, momento em que os sinais-termo passam a circular entre os usuários, podendo ser adotados, ressignificados ou modificados conforme as necessidades comunicativas dos grupos envolvidos. Esse acompanhamento permite observar a aceitação e a funcionalidade dos sinais-termo em situações reais de uso. Assim, um sinal-termo não possui valor apenas por ampliar um glossário, mas por contribuir para a comunicação e a compreensão dos conceitos no contexto em que é empregado. Nesse sentido, Prometi (2020) apresenta o léxico musical como recurso destinado às aulas, aos estudos e aos ensaios, evidenciando a importância da utilização efetiva dos sinais-termo na prática social e educacional.

Costa (2021) relaciona a produção terminológica ao fortalecimento científico da comunidade Surda, evidenciando que a pesquisa com sinais-termo na área de Ciências Naturais,

especificamente relacionada aos sistemas do corpo humano, contribui não apenas para a ampliação lexical da Libras, mas também para a sistematização e divulgação de conhecimentos científicos na própria língua de sinais. O estudo resultou na criação do material enciclopédico digital "EncicloSigno em contexto", organizado a partir de uma terminologia científica visual e acessível.

Na área da saúde, a precisão conceitual pode afetar diretamente a compreensão de diagnósticos, partes do corpo e procedimentos. Garcia (2021) desenvolveu um glossário com definições, ilustrações, vídeos e códigos de acesso aos materiais em Libras. A colaboração de linguistas e especialistas Surdos ajudou a relacionar a terminologia médica às necessidades de quem consulta a obra. O resultado não é uma simples substituição de palavras portuguesas por sinais, mas uma reorganização da informação para que o conceito seja acessível em Libras.

Em conjunto, os trabalhos indicam cinco cuidados essenciais: explicar o conceito em Libras antes da decisão; envolver pessoas Surdas desde a criação, e não apenas no final; reunir conhecimento linguístico e conhecimento da área específica; possibilitar concordâncias e discordâncias; e oportunizar o uso do sinal-termo nos contextos educacionais e profissionais. Esses cuidados tornam a validação mais transparente e evitam que a participação Surda seja usada apenas para legitimar decisões tomadas por outras pessoas.

Considerações finais

A análise dos quatro trabalhos permite concluir que a participação de pessoas Surdas é indispensável porque a criação e a validação de sinais-termo envolvem a estrutura da Libras, a experiência visual, cultural e linguística de seus falantes e o uso social da língua. Contudo, protagonismo não significa apenas estar presente. Significa ter acesso às definições, participar das decisões, poder recusar propostas e ser reconhecido como autor ou colaborador da produção científica.

Também ficou claro que sinal e sinal-termo cumprem funções diferentes. O primeiro integra o vocabulário comum; o segundo representa um conceito delimitado de uma área especializada. A distinção depende da relação entre conceito, contexto e organização linguística, não apenas de iconicidade ou aparência. Por isso, criar um sinal-termo exige pesquisa, discussão e registro.

Como limitação, destaca-se que a análise se restringiu a quatro trabalhos produzidos em um mesmo contexto institucional, o que não permite generalizar os resultados para o conjunto das pesquisas sobre sinais-termo no Brasil. Como continuidade, sugere-se ampliar o

corpus com outras pesquisas de autoria Surda, como as de Castro Júnior (2014) e Moreira (2021), e com estudos de outras regiões e áreas do conhecimento, especialmente Ciências e Matemática, que ainda apresentam carência de sinais-termo. Recomenda-se, ainda, investigar empiricamente a validação social, acompanhando a circulação e a aceitação dos sinais-termo em salas de aula e em outros contextos de uso da Libras.

Termos de uso de Inteligência Artificial Generativa

Neste trabalho foram utilizadas as seguintes ferramentas de Inteligência Artificial Generativa: ChatGPT e Claude, como apoio, especialmente para fins de revisão textual, aprimoramento da coesão e da coerência e organização de ideias e referências.

Referências

CASTRO JÚNIOR, Gláucio de. **Variação linguística em Língua de Sinais Brasileira**: foco no léxico. 2011. 123 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/8859. Acesso em: 1 ago. 2026.

CASTRO JÚNIOR, Gláucio de. **Projeto Varlibras**. 2014. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

COSTA, Messias Ramos. **EnciclоLibras**: produção sistematizada de sinais-termo em Língua de Sinais Brasileira em novos eixos temáticos: LSB e LGP (proposta enciclopédica: EnciclоSigno em contexto). 2021. 198 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/40676. Acesso em: 1 ago. 2026.

FAULSTICH, Enilde. Especificidades semânticas e lexicais: a criação de sinais-termo na Língua Brasileira de Sinais. In: BIDARRA, Jorge; MARTINS, Tânia Aparecida; SEIDE, Márcia Sipavicius (org.). **Entre a Libras e o português**: desafios face ao bilinguismo. Cascavel: Edunioeste; Londrina: Eduel, 2016. p. 69-81.

GARCIA, Renata Rodrigues de Oliveira. **Sinais-termo da área de Traumatologia e Ortopedia**: uma proposta de glossário bilíngue em Língua Portuguesa-Língua de Sinais Brasileira. 2021. 277 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: http://repositorio2.unb.br/handle/10482/42558. Acesso em: 2 ago. 2026.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LEMES, Kamilla Fonseca; LONGHIN, Sandra Regina. Sinais-termo para o ensino de ciências da natureza: estado da arte sobre as produções acadêmicas no Brasil (2012-2023). **Interfaces da Educação**, Paranaíba, v. 16, n. 46, p. 153-170, 2025. Disponível em: https://periodicosonline.uems.br/interfaces/article/view/9565/6864. Acesso em: 2 ago. 2026.

MOREIRA, Falk Soares Ramos. **Criação de sinais-termo**: o conceito na descrição das estruturas sintáticas em português para surdos. 2021. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/43440. Acesso em: 26 set. 2026.

PROMETI, Daniela. **Terminologia da Língua de Sinais Brasileira**: léxico visual bilíngue dos sinais-termo musicais – um estudo contrastivo. 2020. 260 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: http://repositorio2.unb.br/handle/10482/38113. Acesso em: 1 ago. 2026.

PROMETI, Daniela; COSTA, Messias Ramos. Criação de sinais-termo nas áreas de especialidades da Língua de Sinais Brasileira – LSB. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 49, p. 131-151, jan./jun. 2018. Disponível em: https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/view/1189/1191. Acesso em: 6 ago. 2026.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.